

O espectro do deserto verde no Norte/Noroeste fluminense

Marcos A. Pedlowski

O Autor chama a atenção para as atitudes sedutoras da produção de matéria-prima em grandes extensões eucaliptais. As resistências à Aracruz, cada vez mais barulhentas no espaço capixaba, estão afugentando a 'amante' a tentar seduzir o Norte fluminense. O texto é clímax desse 'namoro' carregado de más intenções

A perda da cobertura vegetal nativa, e sua substituição por pastagens, são os aspectos mais visíveis aos que cruzam hoje o território fluminense. Segundo estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as diferentes formações de Mata Atlântica, que cobriam 97% das terras fluminenses em 1500, ficaram reduzidas a cerca de 16% no ano 2000. Estas mesmas estimativas indicam que apenas entre os anos de 1912 e 1950, mais de 50% do território fluminense perdeu sua cobertura de florestas nativas. Ainda que dados recentes mostrem uma tênue recuperação da cobertura vegetal fluminense, o fato é que os principais fragmentos florestais ainda existentes encontram-se sob pressão constante da ação do homem, seja pelo crescimento urbano descontrolado, seja pela ampliação das atividades agrícolas.

As causas desta drástica redução da exuberante cobertura vegetal encontrada pelos primeiros colonizadores portugueses são múltiplas. No entanto, a derrubada de florestas nativas para o estabelecimento de atividades agrícolas, centradas nas monoculturas de café e cana-de-açúcar e na pecuária extensiva, é normalmente indicada como uma das principais causas para a situação atual. De fato, o estabelecimento da pecuária e do plantio da cana-de-açúcar como atividades econômicas importantes no Rio de Janeiro

remonta ao estabelecimento das capitâncias hereditárias, enquanto o ciclo do café teve um início mais tardio na segunda metade do século XIX. O modelo agropecuário adotado no estado tem sido usado como a explicação mais corrente para que os principais fragmentos de mata nativa existentes no território fluminense hoje se encontrem em áreas de topografia íngreme, e conseqüentemente de acesso mais difícil.

Ainda que a perda das áreas de Mata Atlântica seja generalizada, algumas áreas apresentam quadros particularmente agudos, como no caso das regiões Norte e Noroeste fluminenses. Ali a implantação das monoculturas de cana-de-açúcar e café, combinadas com a pecuária extensiva, teve um impacto particularmente dramático sobre os estoques de floresta nativa. Em 2001, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Inpe produziram o "Atlas de Remanescentes Florestais da Mata Atlântica", que demonstrou serem estas duas regiões as mais críticas do ponto de vista de novas derrubadas em todo o território fluminense. Além disso, a análise dos tipos de cobertura vegetal nelas existentes mostra dados ainda mais alarmantes. Dentre os 14 municípios que compõem a região Noroeste, 12 possuem mais de 80% de seu território ocupado por pastagens e 0% de matas nativas. O município de

São José de Ubá tem-se notabilizado pela ocorrência de agudos déficits hídricos, que causam grandes perdas econômicas aos habitantes. Já na região Norte fluminense, a situação é pouco melhor, pois apenas dois municípios (Macaé e Cachoeiras de Macacu) possuem em torno de 30% do seu território coberto por fragmentos de Mata Atlântica. Campos dos Goytacazes, o município com maior área territorial no estado, possui apenas 7% de seu território ocupado por matas nativas e 80% ocupado por pastagens e culturas agrícolas (a cana-de-açúcar ocupa a parcela mais significativa). Um detalhe particularmente irônico no caso do Norte/Noroeste fluminense é que alguns estudos mostram que a desaceleração econômica do setor agropecuário acabou tendo impactos mais positivos para a regeneração das áreas de floresta nativa do que possíveis ações das agências ambientais na busca deste tipo de recuperação. Ao mesmo tempo, além de mudanças nos microclimas regionais (cujo aspecto mais marcante é a diminuição nos índices pluviométricos), a acentuada perda da cobertura vegetal tem causado impactos evidentes sobre o ciclo hidrológico regional, com impactos diretos em diversas bacias de drenagem, sendo que a principal delas é a do rio Paraíba do Sul. Um dos efeitos mais notáveis do desmatamento ao longo da bacia do Paraíba do Sul têm sido as elevadas taxas de erosão cuja consequência maior é a diminuição de suas profundidades.

Assim, a diminuição aguda da cobertura vegetal nos 22 municípios que compõem estas duas regiões exemplifica de forma bastante didática as mudanças causadas pelo modelo agropecuário que predominou ao longo da história nas regiões interioranas do atual Estado do Rio de Janeiro. Tam-

bém é importante notar que o uso dado à terra desmatada possui uma componente fundiária, pois nas duas regiões há uma grande concentração da terra nas mãos de um número reduzido de proprietários que optam por sistemas agrícolas extensivos. Pesquisas feitas por professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) indicam que as regiões Norte e Noroeste fluminenses apresentam índices altíssimos de concentração da terra, o que explica parte significativa do massivo êxodo rural que ali ocorreu a partir de 1970. Deste modo, a combinação destes fatores as torna bastante problemáticas do ponto de vista socioambiental, pois a existência de grandes propriedades cujos sistemas agrícolas possuem baixa necessidade de mão-de-obra implica a existência de um processo de degradação ambiental cuja contrapartida social é a exclusão econômica para setores significativos das regiões Norte e Noroeste fluminenses.

ARACRUZ CELULOSE SE INTERESSA PELAS TERRAS DO NORTE/NOROESTE FLUMINENSE E A SOCIEDADE CIVIL REAGE

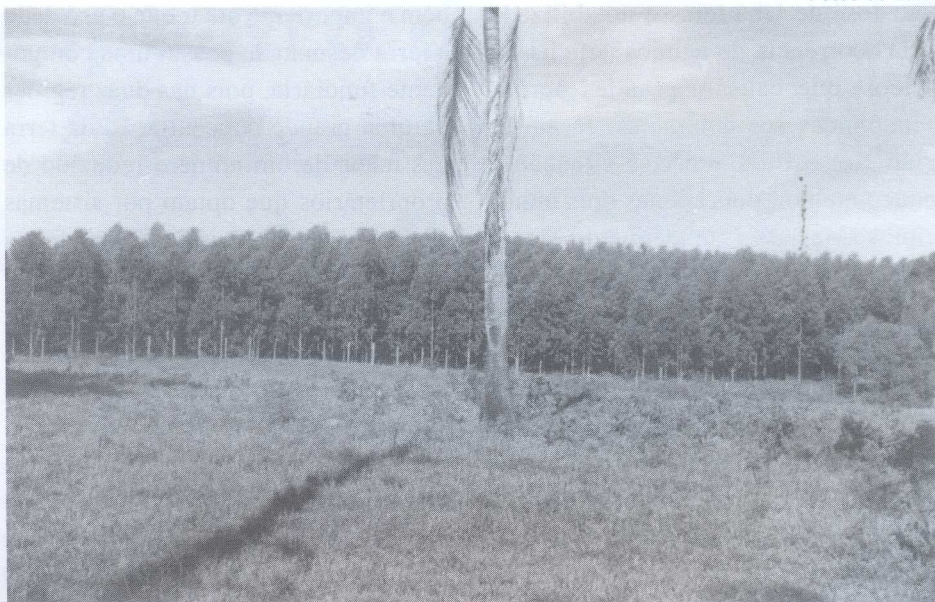
Foi neste ambiente altamente complexo que surgiu uma nova preocupação em meados de 2001, quando o então governador Anthony Garotinho visitou as instalações da Aracruz Celulose no Espírito Santo. Um resultado prático dessa visita foi a assinatura de um protocolo de intenções entre o governo do Rio de Janeiro e a direção da Aracruz, em que ficaram estabelecidas as condições da vinda dos plantios de eucalipto da empresa para o território fluminense. O protocolo de intenções previa o cultivo de eucalipto em 42 mil hectares, com um investimento de 86 milhões de reais. O primeiro fato que chamou a atenção de políticos e líde-

res de movimentos sociais no Estado do Rio de Janeiro foi que o conteúdo do protocolo de intenções não foi tornado público, o que serviu para levantar suspeitas sobre o que havia sido acordado. Esta desconfiança baseava-se na experiência concreta vivida no Espírito Santo, onde as atividades da Aracruz Celulose encontram-se sob pesadas críticas da sociedade civil capixaba.

As críticas mais contundentes direcionam-se aos métodos utilizados pela Aracruz para assumir o controle de vastas áreas de terras capixabas ocupadas por pequenos produtores rurais, comunidades indígenas e quilombolas. As críticas aos plantios da Aracruz também incluem a acusação de que causam uma acentuada diminuição nos postos de trabalho e implicaram um forte êxodo rural. Não bastassem estes questionamentos levantados na sociedade civil capixaba por meio da Rede Deserto Verde, os plantios extensivos de eucalipto têm sofrido mundialmente pesadas críticas também por causa das mudanças ambientais que causariam. Entre estas mudanças se encontram a diminuição da biodiversidade, a contaminação do lençol freático por fertilizantes e pesticidas, e a diminuição dos estoques de água.

A Aracruz iniciou em 2002 uma campanha agressiva para obter o apoio do poder público e da sociedade civil organizada na região Norte fluminense, uma das áreas focais para o plantio do eucalipto no Rio de Janeiro; visando evitar a repetição do mesmo tipo de oposição enfrentada no Espírito Santo. Uma das estratégias adotadas foi a realização de visitas à sua sede em Barra do Riacho (ES), o que envolveu a organização de duas caravanas de prefeitos, técnicos de secretarias e membros de organizações não-governamentais no mês de fevereiro.

O prefeito de Campos, Arnaldo França Vianna, que visitou a sede da Aracruz, chegou a comparar as visitas a audiências públicas, pois teriam por objetivo “ampliar a transparência” do processo. Vários prefeitos e secretários voltaram do Espírito Santo entusiasmados com a perspectiva dos investimentos e geração de empregos prometidos pela Aracruz. O entusiasmo dos que visitaram Aracruz não contagiou os membros da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Campos, ou tampouco a sociedade civil do Norte fluminense, que começaram a reagir ao projeto de expansão da Aracruz. A partir de contatos entre lideranças políticas e movimentos sociais, deu-se início a uma série de encontros que procuravam informar a sociedade regional sobre os impactos associados à monocultura de eucalipto. Este esforço resultou na realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Campos, onde representantes da Aracruz puderam apresentar a sua proposta de expansão do plantio de eucalipto no Rio de Janeiro. A partir dessa audiência pública foi definida a formulação de uma lei municipal que deveria disciplinar e restringir a área a ser ocupada com o plantio de eucalipto no município de Campos. Ao mesmo tempo, foi iniciada a preparação de um seminário sobre os riscos da monocultura do eucalipto, que acabou ocorrendo simultaneamente nas cidades de Campos e Rio de Janeiro, contando com a presença de trezentas pessoas, entre elas o deputado Nasser Youssef, autor da lei que proibiu novos plantios de eucalipto no Espírito Santo. Este processo de mobilização culminou com a criação da Rede Deserto Verde Fluminense, cujos primeiros êxitos incluem a suspensão do protocolo de intenções firmado entre o governo do Rio de Janeiro e a Aracruz



Área de plantios de eucaliptos da Aracruz Celulose

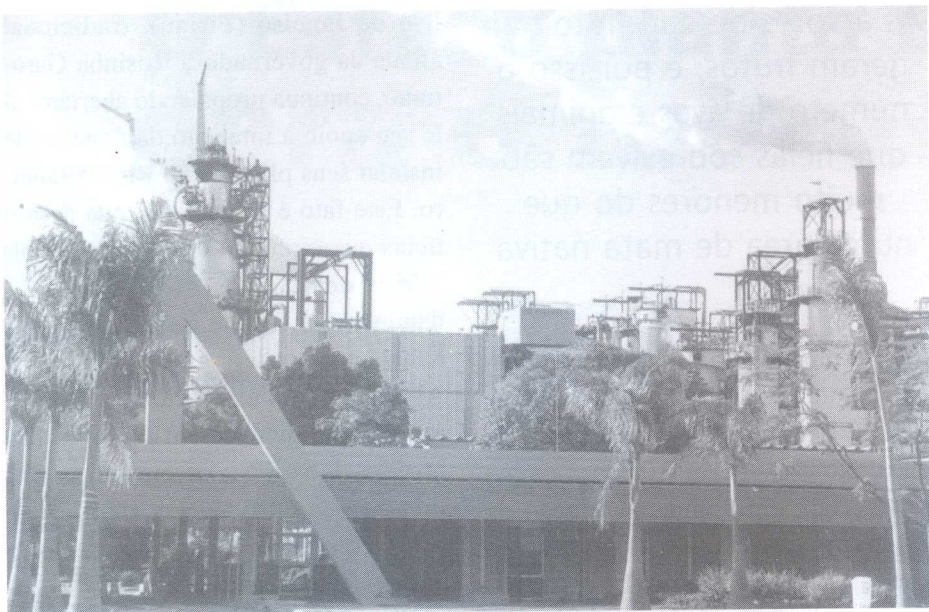
Um detalhe particularmente irônico no caso do Norte/Noroeste fluminense é que alguns estudos mostram que a desaceleração econômica do setor agropecuário acabou tendo impactos mais positivos para a regeneração das áreas de floresta nativa do que possíveis ações das agências ambientais na busca deste tipo de recuperação

e na publicação da Lei Municipal 7.282 que delimitou o tamanho dos plantios de eucalipto no município de Campos. Outro desenvolvimento significativo nesse processo foi a aprovação pela Assembléia Legislativa (RJ) de um projeto de lei que estabeleceu a necessidade da realização de um zoneamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro como condição básica para a implantação de projetos florestais como os pretendidos pela Aracruz.

Esta lei foi sancionada em janeiro de 2003 pela governadora Rosinha Garotinho.

RAZÕES PARA DUVIDAR DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO NORTE/NOROESTE FLUMINENSE

Um primeiro aspecto relevante na polêmica em torno dos efeitos socioambientais da monocultura de eucalipto relaciona-se com os percebidos prejuízos ambientais que a seguem. Os defensores dessa prática argumentam que não existem provas científicas confiáveis de que os plantios extensos de eucalipto seriam os únicos culpados pela aceleração dos processos erosivos ou pelo desaparecimento dos mananciais hídricos. Além disso, são apresentados argumentos de que a existência de cerca de seiscentas espécies de eucalipto permitiria que fossem utilizadas apenas as que fossem menos exigentes no que se refere à fertilidade dos solos e na demanda por água. No entanto, normalmente é omitido o fato de que empresas como a Aracruz



Visão frontal das instalações industriais da Aracruz Celulose em Barra do Riacho/ES

acabam utilizando um elenco muito menor de espécies de eucalipto, que são selecionadas justamente pela sua grande velocidade de crescimento, o que resulta também de maior habilidade dessas espécies em absorver nutrientes e água dos solos.

Um segundo aspecto relaciona-se com o ciclo de corte adotado pelas empresas envolvidas nesses plantios que é relativamente curto, ou seja, as plantas são normalmente cortadas quando chegam a sete anos de idade, um momento em que ainda estão exigindo uma grande quantidade de nutrientes e água. A repetição deste ciclo de corte acaba requerendo a aplicação de altas quantidades de fertilizantes para compensar os nutrientes exportados com o corte raso de centenas de hectares de plantios. Além disso, este ciclo rápido normalmente em grandes blocos exige também a aplicação de enormes quantidades de pesticidas por causa do grande número de pragas e doenças. Assim, temos neste caso um somatório de problemas que contribuem não só para diminuir a biodiversidade do solo, mas também

Os plantios extensivos de eucalipto têm sofrido mundialmente pesadas críticas também por causa das mudanças ambientais que causariam. Entre estas mudanças se encontram a diminuição da biodiversidade, a contaminação do lençol freático por fertilizantes e pesticidas, e a diminuição dos estoques de água

para poluir os cursos aquáticos. Finalmente, a diminuição da fauna e da flora em plantios homogêneos é uma fonte constante de questionamento por parte dos críticos dos plantios de eucalipto.

Afinal, o reconhecimento de que a substituição de florestas heterogêneas como a Mata Atlântica por essa espécie exótica vinda da Austrália resulta na diminuição da biodiversidade e acaba tendo poucos opositores. Mas não custa lembrar que as árvores de eucalipto não geram frutos, e por isso o

número de aves e animais que nelas sobrevivem são muito menores do que numa área de mata nativa. Contudo, as impropriedades ambientais dos grandes plantios de eucalipto aqui discutidas ganham uma expressão ainda mais eloqüente quando as sobrepomos à realidade climática encontrada atualmente nas regiões Norte/Noroeste fluminenses. A existência de um persistente déficit hídrico em muitos de seus municípios, diretamente associada à diminuição dos índices pluviométricos nas últimas décadas por causa da devastação da Mata Atlântica, soma-se a altas taxas de erosão em toda a área. Em espaços críticos como os do município de São José de Ubá, existem indícios de que um grave processo de desertificação está em curso. Segundo dados da Fundação Cide (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro), para evitar o exacerbamento desta situação apenas no Noroeste será necessário reflorestar 765,4 km² com matas nativas a um custo estimado de R\$ 70 milhões. Já na área a ser reflorestada apenas em São Fidélis, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna alcançaria 539 km² a um custo de R\$ 43 milhões. Neste caso, pode-se ver que a intenção de investimento da Aracruz anunciada para o Estado do Rio revela-se não aquém do que é preciso para se reverter o agudo processo de degradação ambiental em curso, mas que também poderia somar graves dificuldades para esforços mais abrangentes de recuperação da cobertura vegetal no Norte/Noroeste fluminense.

Por outro lado, os aspectos sociais que acompanham a monocultura de eucalipto não deixam de trazer preocupações para a realidade fluminense. Estudos feitos no Espírito Santo mostram que em todas os municípios onde a Aracruz instalou seus plantios houve um aumento da concentração da

terra na mão de um número menor de proprietários. Isto ocorreu não apenas porque a própria Aracruz se tornou uma grande proprietária de terras, como também pelo efeito concentrador da chamada política de fomento florestal na qual a empresa descentraliza seus plantios para terras de terceiros, pois somente os agricultores mais capitalizados logram manter suas propriedades após se envolverem no plantio de eucalipto. Isto se dá principalmente pela baixa produtividade da monocultura de eucalipto, que gera apenas R\$ 200 por hectare/ano, e assim só seria viável economicamente se realizada em grandes extensões. Já o plantio da goiaba, muito comum no Norte fluminense, produz R\$ 30.000,00 anuais na mesma área. No caso do Norte/Noroeste, a concentração de terras, que já é muito alta na maioria dos municípios, será ainda mais agravada, justamente num momento em que a agricultura familiar começa a ganhar grande impulso por causa dos assentamentos de reforma agrária que se estão multiplicando, resultantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta contradição, ainda que fortuita, entre a monocultura de eucalipto e a agricultura familiar, expressa pelos assentamentos de reforma agrária, nos leva a uma questão de suma importância que é a habilidade comparada no campo da geração de empregos que ocorre no bojo de dois modelos de propriedade da terra tão distintos.

No caso específico do Norte fluminense, onde o governo estadual criou o Programa Frutificar exatamente para possibilitar uma alternativa produtiva à decadente monocultura da cana-de-açúcar, os dados referentes à geração de empregos não poderiam ser mais significativos. Segundo estimativas divulgadas pela Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do


As árvores de eucalipto não geram frutos, e por isso o número de aves e animais que nelas sobrevivem são muito menores do que numa área de mata nativa

Meio Ambiente do Rio de Janeiro, enquanto um hectare na fruticultura pode gerar 10 empregos, a monocultura de eucalipto gera apenas 0,05 de emprego por hectare em 5 anos. A adoção da monocultura do eucalipto serviria assim para agravar o êxodo rural e aumentaria a população favelada em municípios como Campos dos Goytacazes, que hoje já conta com cerca de 25% de seus habitantes em cerca de 50 favelas.

Em suma, a oposição à monocultura do eucalipto não deve advir apenas de preocupações de cunho ambiental, mas principalmente da necessidade de geração de um modelo de desenvolvimento regional que incorpore, e não aliene, parcelas significativas da população rural que hoje enfrentam graves dificuldades para se manter na agricultura por causa do *stress* ambiental em que se encontra a maior parte dos municípios do Norte/Noroeste fluminense.

O QUE FAZER COM O ESPECTRO QUE PAIRA?

A percepção reinante entre os opositores à vinda da Aracruz para o Estado do Rio é de que ainda que a lei estadual tenha sido menos rígida do que a lei aprovada em Campos dos Goytacazes, a sua promulgação foi um êxito da luta travada pela Rede Deserto. Contudo, a falta de sua regulamentação é repetidamente citada como um entrave sério à efetiva aplicação. Esta demora causa especial preocupação porque a Federação das Indústrias do

Rio de Janeiro (Firjan), tradicional aliada da governadora Rosinha Garotinho, continua propalando abertamente seu apoio à intenção da Aracruz de instalar seus plantios no Rio de Janeiro. Este fato é acrescido ainda de notícias que circulam nos meios imobiliários de Campos dos Goytacazes dando conta de que a Aracruz continua adquirindo terras na região Norte. Assim, embora a Aracruz tenha diminuído a publicidade em torno do seu projeto de se instalar em terras fluminenses, as evidências são de que ações continuam sendo adotadas para garantir que estas sejam incluídas como áreas produtoras de matéria-prima. Deste modo, frisa-se a necessidade que a sociedade civil fluminense, especialmente a Rede Deserto e as organizações que a compõem, retomem imediatamente o debate em torno da viabilidade social, econômica e ambiental da monocultura de eucalipto no Estado do Rio de Janeiro. Em face do que foi discutido neste artigo, as repercussões que tais plantios podem trazer requerem uma ampla agenda de ações cujo ponto inicial é a mobilização em torno da imediata regulamentação e implementação da lei do zoneamento ambiental. Do contrário, o estabelecimento dos plantios da Aracruz não só será inevitável, como possivelmente será envolvido por problemas ainda mais sérios do que os que afligem hoje o Espírito Santo. Assim, não basta apenas notar que o espectro do deserto verde está pairando sobre nós, mas enfatizar a necessidade da sociedade organizada reagir à sua presença, para que se produzam respostas que levem em conta a gama de questões afligindo o Norte/Noroeste fluminense tanto social como ambientalmente. 

Marcos A. Pedlowski, doutor em Planejamento Regional e professor na Universidade Estadual do Norte Fluminense.